

## **Das Concepções Da Educação Inclusiva À Sua Realidade: Desafios, Perspectivas E Caminhos A Seguir**

**Carla Michelle Da Silva**

*Doutora Em Fitotecnia*  
*Universidade Federal De Viçosa – Ufv*  
*Avenida Peter Henry Rolfs, S/N. Campus Universitário 36570-900 – Viçosa – Mg*

**Antônio Veimar Da Silva**

*Doutor Em Agronomia*  
*Universidade Federal Da Paraíba - Ufpb*  
*Rodovia Pb-079, Km 12, S/N, Areia - Pb, 58397-000*

**Mário Luiz Amorim Da Silva**

*Mestrando Em Políticas Públicas*  
*Universidade Federal Do Pampa – Campus Ii*  
*Campus São Borja. Prédio: Campus 2. Rua Monsenhor Patricio Petit Jean, 3295 - Cep 97670-000, São Borja/Rs.*

**Cayttano Saul De Sá Zarpellon**

*Mestre Em Ciência De Materiais*  
*Universidade Do Estado De Mato Grosso – Uemt*  
*Rua Prof. Dr. Renato Figueiro Varella, S/N, Caixa Postal 08, Nova Xavantina, Cep: 78690-000, Mato Grosso*

**Izabella Neiva De Albuquerque Sousa**

*Cirurgiã-Dentista*  
*Doutoranda Em Saúde Coletiva*  
*Universidade De Fortaleza – Unifor*  
*Av. Washington Soares, 1321 - Edson Queiroz, Fortaleza - Ce, 60811-905*

**Livia Cibelly Rodrigues De Melo**

*Graduada Em Psicologia*  
*Universidade Estadual Do Piauí – Uespi*  
*Rua Olavo Bilac, 2335, Centro (Sul), Teresina – Pi, 64001-280*

**Claudimar Paes De Almeida**

*Mestre Em Letras*  
*Universidade Federal Da Grande Dourados - Ufgd*  
*Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Dourados-Ms,*  
*Cep: 79.804-970*

**Luzia Rodrigues De Macedo**

*Mestre Em Educação Profissional E Tecnológica*  
*If Sertão Pernambucano - Campus Salgueiro Pe*  
*Br-232, Km 508, S/N - Zona Rural, Salgueiro - Pe, 56000-000*

**Jossiane Soares Santos**

*Especialização Em Docência Do Ensino Superior*  
*Faculdade De Tecnologia Antônio Propício Aguiar Franco*  
*Av. Diógenes De Brito, S/ N Centro, Pium – Tocantins, Cep 77570-000*

**Mariel Wágner Holanda Lima**

*Mestrando Inovações Em Tecnologias Educacionais  
Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte - Ufrn  
Campus Universitário - Lagoa Nova, Natal - Rn, 59078-970*

**Bruno Henrique Fernandes Da Silva**

*Mestre Em Sociedade E Cultura Na Amazônia  
Universidade Federal Do Amazonas-Ufam  
Av. Gen. Rodrigo Octávio Nº 6200, Coroado I, Cep:69080-900 - Manaus – Am*

**Tharik De Souza Fermin**

*Mestrando Em Sociedade E Cultura Na Amazônia  
Universidade Federal Do Amazonas-Ufam, Email:Propesp@Ufam.Edu.Br , Av. Gen. Rodrigo Octávio Nº  
6200, Coroado I, Cep:69080-900 - Manaus – Am*

**Jéssica Rodrigues Araújo**

*Pós-Graduada Em Psicopedagogia Institucional E Clínica  
Faculdade Venda Nova Do Imigrante - Faveni  
Av. Evandi Américo Comarela, Nº 441 - Bairro Esplanada, Edifício Perim Center 3º, 4º E 5º Andar - Venda  
Nova Do Imigrante - Es. Cep: 29375-000*

---

**Resumo:**

*A educação inclusiva no Brasil enfrenta desafios complexos, que vão desde a inclusão de alunos com deficiência até a falta de preparo dos professores. A inclusão pode ser compreendida como um processo de acessibilidade; no entanto, há a necessidade de superar barreiras sociais, econômicas e educacionais. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/15) define barreiras como entraves à participação plena dos alunos. Nesse contexto, é notória a complexidade da inclusão e a importância de formar aprendizes bem-sucedidos. A persistência da precarização de espaços públicos impacta a acessibilidade. Embora a formação docente seja essencial, muitas escolas não refletem essa realidade. A falta de preparo dos professores diante de alunos com deficiências é um dos principais obstáculos para a efetivação da inclusão. Assim, torna-se necessário um ensino colaborativo como meio de promover a inclusão. O Censo da Educação Básica de 2013 evidencia um aumento nas matrículas, demandando mudanças no sistema educacional para combater a evasão escolar, especialmente entre alunos com deficiência. A capacitação contínua dos professores, o planejamento colaborativo e o alinhamento entre conteúdo proposto e atividades para alunos com deficiência são urgentes. A falta de participação efetiva das famílias e a resistência dos professores são desafios notáveis. Investir em educação e formação continuada é crucial para efetuar mudanças eficazes na inclusão educacional, evitando a precarização do ensino e dos espaços educacionais.*

**Palavras-Chave:** *Educação inclusiva; Formação de Professores; Ensino Público*

---

Date of Submission: 24-02-2024

Date of Acceptance: 04-03-2024

---

**I. Introdução**

A Educação Inclusiva, em sua essência, busca proporcionar uma educação justa e equitativa, alinhada às necessidades individuais de cada aluno. Entretanto, diversos obstáculos comprometem a efetividade desse propósito. A precarização de espaços escolares, a falta de preparo dos professores e a escassez de recursos nas atividades educacionais são fatores que, por vezes, desvinculam a prática inclusiva de seu verdadeiro objetivo, acarretando prejuízos para essa modalidade.

No cenário educacional brasileiro, a Educação Inclusiva emerge como um processo em crescimento, destacando-se por romper as limitações dos alunos, em conformidade com a legislação vigente. Contudo, enfrenta desafios significativos, sendo o principal deles a necessidade de desenvolver ações e promover uma educação de qualidade, fundamentada em práticas pedagógicas abrangentes.

Nesse contexto, torna-se evidente a importância de uma formação adequada para os professores, visando concretizar a equidade em todas as etapas educacionais. Tal formação deve abranger o desenvolvimento de metodologias que considerem os diferentes níveis intelectuais e físicos dos alunos, proporcionando um ambiente propício ao ensino e aprendizagem.

Outro aspecto crucial relaciona-se à preparação dos profissionais para lidar com alunos com deficiência, garantindo sua inclusão efetiva no ambiente escolar. Questões relacionadas à identidade e formação do professor ganham destaque, sendo essenciais para a efetividade do processo educativo.

Este artigo aborda a prática pedagógica diante do desafio da inclusão, focando no processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular. Propõe-se a responder questões pertinentes, como a percepção dos professores do ensino fundamental I sobre a educação inclusiva, os desafios enfrentados por eles ao atender alunos com necessidades especiais e a importância da formação docente contínua nesse contexto. A análise desses aspectos baseia-se em relatos de professores, respaldados por autores como Souza e Rodrigues (2015), Santa'na (2005), Freire (2001), Carvalho (2000), Pletsch (2005), entre outros.

O tema da educação inclusiva provoca tanto conflitos quanto entusiasmos no meio educacional. Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho é refletir sobre as barreiras e desafios enfrentados na educação inclusiva, bem como explorar as possibilidades de superá-los. Os objetivos específicos incluem apresentar os marcos legais e históricos relacionados à educação inclusiva, destacar a importância da formação continuada de professores com ênfase nesse campo e discutir as principais barreiras enfrentadas pelos educadores inclusivos.

## **II. Metodologia**

Primeiramente, é crucial ressaltar que o caráter exploratório e descritivo do presente trabalho possibilita o registro, análise e ordenamento dos eventos observados pelo pesquisador durante a aplicação do projeto com os alunos. Em segundo plano, adotou-se uma abordagem qualitativa, afastando-se da preocupação com a coleta de dados estatísticos e concentrando-se na compreensão e interpretação do objeto de estudo, buscando atribuir significados aos achados da pesquisa. Nesse tipo de abordagem, o pesquisador mantém uma ligação direta com os envolvidos, sem interferir nas questões estudadas (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Em terceiro lugar, a opção recai sobre a pesquisa-ação, fundamentada na crença de que essa metodologia se assemelha aos objetivos propostos. Essa escolha metodológica visa realizar uma ação para solucionar um problema coletivo dos participantes da pesquisa, estabelecendo uma relação direta entre eles e o pesquisador (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A estruturação do trabalho se inicia com uma revisão inicial da literatura, baseada em autores que buscam a efetivação da temática. Em seguida, procede-se à identificação e discussão da análise das questões que envolvem o tema deste trabalho, com o propósito de discutir os objetos de estudo abordados.

## **III. Fundamentação Teórica**

### **Educação Inclusiva: Marcos Históricos E Legais**

Ao analisar o contexto histórico, constata-se que o sistema educacional brasileiro sempre esteve sujeito a frequentes transformações. No que tange à Educação Inclusiva, em particular no âmbito da prática pedagógica, observa-se que sua institucionalização, embora tardia no cenário educativo, passou por várias alterações até atingir o modelo atual, uma preocupação destacada por diversos autores, como Miranda e Silva (2019).

Ao longo do processo histórico da educação inclusiva, a deficiência era encarada como um fator determinante para a exclusão em todas as esferas sociais, incluindo a concepção de que crianças com necessidades especiais não tinham direito ao acesso aos meios educacionais, baseando-se num modelo biomédico de interpretação da deficiência. Apesar das barreiras persistirem, mesmo nos dias atuais, a criação da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e outras políticas públicas possibilitaram a construção de uma nova visão pautada na igualdade de oportunidades e em uma educação para todos. Esse movimento promoveu a democratização do processo educacional, incluindo estudantes com as mais diversas necessidades especiais.

Os alunos com deficiência sempre foram considerados fora dos padrões "normais" do ensino, uma postura enraizada nos padrões históricos da sociedade moderna. Esse aluno não ocupava um espaço igualitário em sala de aula, nem mesmo em termos de ensino e aprendizagem, o que representa uma grande preocupação para todas as instâncias escolares.

No âmbito legal, a implementação da educação inclusiva ocorre como Política Nacional de Educação Especial desde o final da década de 80. Esse modelo visa, especialmente, democratizar a educação e o acesso de alunos com dificuldades especiais, considerando o acesso ao ensino público de qualidade e o exercício da cidadania como direito de todos. A Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, estabelece que:

Ao poder público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que decorrentes da Constituição e das leis, propiciem o seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1989, Art., 2º).

É evidente a preocupação do poder público, expressa na legislação, que estabelece a necessidade de um ensino equitativo para todos, sem qualquer distinção entre os alunos ou métodos de ensino. Além disso, de acordo com as normativas legais, os profissionais da educação não devem recusar a recepção de alunos com deficiência em sala de aula.

Portanto, a falta de acesso ou o não recebimento dos direitos fundamentais estabelecidos por lei para pessoas com necessidades especiais são passíveis de intervenções. Qualquer cidadão, associação comunitária, entidade de classe ou outra legalmente constituída, inclusive o Ministério Público, tem o poder de acionar o Poder Público para exigir o direito à educação (BRASIL, 1996, Art. 5º).

É imperativo considerar a premissa de que todos devem ter acesso equitativo à educação, e nenhum aluno deve ser menosprezado, pois ninguém é mais ou menos capaz apenas por apresentar alguma necessidade física ou psíquica. Nesse contexto, é crucial reconhecer que todo conhecimento é valioso, conforme destaca Mittler (2003).

Inclusão e exclusão começam na sala de aula. Não importa o quão comprometido um governo possa ser com relação à inclusão; são as experiências cotidianas das crianças nas salas de aulas que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecidas em uma escola. As formas através das quais as escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão constituem o cerne da qualidade de viver e aprender experimentado por todas as crianças (MITTLER, 2003, p. 139).

A inclusão de pessoas com deficiência vai além da mera permanência no ensino regular ou da ocupação de espaços escolares de forma isolada e desprovida de efetividade de ensino. Trata-se, na verdade, de uma reorganização do sistema educacional, demandando a revisão de concepções e paradigmas educacionais antigos. Essa reestruturação visa possibilitar o desenvolvimento integral desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas especificidades. O objetivo é estimular meios que garantam a esses alunos um ensino de qualidade e democrático, no qual todos os seus saberes sejam devidamente respeitados (JACOMELI, 2024).

É evidente que ao longo da história, a humanidade tem enfrentado uma narrativa persistente de preconceitos e discriminação, resultando em movimentos de exclusão em todos os setores da sociedade, principalmente na esfera escolar. Mesmo diante dessa recorrência, o papel do professor em sala de aula é criar um ambiente em que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, sintam-se acolhidos por seus colegas (CHILINGUE; VIANNA, 2022). A exclusão de alunos torna-se inaceitável à luz da evolução da sociedade e das normativas legais.

De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu artigo 1º, a educação inclusiva é reconhecida como:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Nesse cenário, evidencia-se a relevância de uma formação docente apropriada, voltada para a efetiva realização da equidade no processo de ensino em todas as etapas educacionais. Essa formação visa capacitar o educador para qualificar o estudante em diversas áreas de conhecimento, sempre levando em consideração os diferentes níveis intelectuais e físicos dos alunos que possuem alguma barreira. O objetivo é desenvolver metodologias que tenham potencial favorável ao processo de ensino e aprendizagem para todos na sua diferença.

### **Formação Inicial De Professores Na Educação Básica**

É sabido que, desde sua publicação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece como diretriz a formação inicial em nível superior para o exercício do magistério em todos os níveis da educação básica, de acordo com o disposto em seu artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996, p.42)

Conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), observa-se que a área de atuação requer professores com conhecimento específico. Para aqueles que lecionam em campos divergentes de sua formação inicial, a legislação preconiza que o docente obtenha uma segunda licenciatura ou realize uma complementação pedagógica para respaldar sua atuação (OLIVEIRA; SANGUINETTI; LORENSET, 2023).

Constata-se que, contrariando as normativas legais, algumas redes ainda admitem profissionais sem a devida formação ou habilitação. Mesmo com vasta experiência, títulos de pós-graduação ou cursos complementares, e dedicação autodidata, esses professores muitas vezes não possuem a formação inicial exigida. Reforça-se, portanto, a defesa da formação inicial, considerando-a um componente essencial da profissionalização docente, alinhando-se ao cotidiano escolar e valorizando os saberes e a experiência do educador (GATTI; BARRETO, 2009).

Destaca-se também a relevância da política nacional de formação de professores. Esta política busca identificar e suprir a demanda por formação inicial ou continuada para educadores em exercício que buscam capacitação em áreas específicas de atuação nas quais não possuem formação adequada (DINIZ; DIAS, 2022). O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), instituído em 2009, é uma das ações fundamentais dessa política.

O PARFOR, promovido pelo Governo Federal, compreende uma série de iniciativas visando garantir a permanência e estabelecer modalidades formativas, tais como a licenciatura inicial para professores sem graduação, a segunda licenciatura para docentes atuando fora de sua área de formação, e a formação pedagógica para bacharéis que lecionam na educação básica como mestres (DINIZ; DIAS, 2022). Esses cursos, gratuitos, são ofertados por instituições de ensino superior públicas e financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

### **Educação Inclusiva E A Formação Continuada De Professores**

No artigo 18 da Resolução nº CNE/CEB 02/2001, página 05, determina-se que os professores que não possuam o perfil mencionado devem receber do Estado as condições essenciais para empreender ações que complementem seus títulos, especialmente no que se refere ao atendimento especializado de alunos, conforme estipulado no inciso 4º dessa resolução.

4º Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. (BRASIL, 2001)

Conforme os estudos mencionados, passaram-se duas décadas desde a implementação, e até o presente momento, o que inicialmente parecia ser uma mudança imediata capaz de transformar as bases dos cursos de formação de professores ou complementar sua formação, pouco se evidencia ou se sabe a respeito. Diante disso, os principais prejudicados são os estudantes que não têm acesso a um ensino ministrado por profissionais devidamente preparados para atender às suas necessidades.

Segundo Castelo et al. (2010), a urgência de preparar os professores para que possam atender e assegurar o acesso ao currículo a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades requer uma revisão das práticas antigas e a disposição para assimilar novos conhecimentos. Portanto, é imperativo que as diferentes instâncias políticas e sistemas de ensino envolvidos na formação continuada de professores proporcionem condições para reflexões e discussões sobre a inclusão escolar dos alunos com deficiência.

Poker (2003) destaca que

“A formação de professores para a educação inclusiva precisa estar subsidiada em análises do conhecimento científico acumulado a respeito das competências e habilidades necessárias para atuar nessa perspectiva, ou seja, sua formação deve basear-se na reflexão e na criatividade. O professor necessita estar preparado para selecionar conteúdos, organizar estratégias e metodologias diferenciadas de modo a atender, adequadamente, a todos os alunos.” (Poker, 2003, p.41).

Não basta apenas o professor estar em sala de aula com o estudante; é necessário que ele passe por uma preparação que envolva a organização tanto do conteúdo quanto dos métodos utilizados em sala de aula, de modo a abranger todos os estudantes com um ensino de qualidade na sua diferença.

Conforme Martins (2006) destaca, a formação para a modalidade de educação inclusiva deve valorizar a diversidade. O professor, portanto, deve saber utilizar essa diversidade a seu favor, adotando estratégias colaborativas de ensino diversificadas e adaptações curriculares que verdadeiramente possibilitem a aquisição de competências pelos alunos, independentemente de terem ou não necessidades educacionais especiais.

Com a formação continuada, o professor se torna apto a desenvolver ações educacionais que atendam a todos os estudantes, permitindo que, independentemente de suas necessidades, cada aluno consiga expressar seus saberes e fazer parte do universo educacional proporcionado pelo professor.

Souza e Rodrigues (2015) ressaltam que as políticas públicas de educação inclusiva foram um grande avanço para a educação, especialmente para aqueles que não tinham seus direitos garantidos por serem vistos como diferentes. Após esses acontecimentos, reconheceu-se a urgência de uma formação de professores que enfrentasse os desafios estabelecidos pelo paradigma da educação para todos. O processo de subjetivação atrelado aos alunos com deficiência constitui um ponto crucial para o desafio de uma educação para todos.

Ao considerar a prática pedagógica inclusiva, é essencial criar uma abordagem vinculada à formação de professores, pois ambas estão interligadas. A formação continuada de professores, principalmente no contexto da educação inclusiva, visa aprimorar a qualidade de ensino, permitindo que o professor incorpore todos os estudantes em sua proposta pedagógica.

Santa'na (2005) destaca a formação continuada de professores como fator relevante, sendo uma oportunidade para repensar a verdadeira prática pedagógica. A autora enfatiza que o professor deve focar em como aplicar sua prática docente na sala de aula, visando o desenvolvimento não apenas do aluno sem deficiência, mas também do aluno com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento.

Soares, Nascimento e Falção (2023) traz uma reflexão em seu trabalho ao apresentar resultados que indicam que muitos professores não se sentem preparados para a inclusão. Durante a formação inicial, não conseguiram desenvolver práticas educacionais essenciais para promover a inclusão, necessitando do apoio de especialistas para uma formação continuada mais abrangente e sem barreiras.

Durante muito tempo, acreditava-se que o professor, ao concluir sua formação inicial, estava preparado para a profissão ao longo de toda a vida. Freire (2001, p. 64) argumenta que "é na inclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente". Ele destaca que a realidade é diferente para todos os que atuam na escola, principalmente para o docente, que deve conscientizar-se de que a formação é contínua e faz parte do seu cotidiano.

Souza e Rodrigues (2015) afirmam que o professor precisa repensar sua prática em relação ao significado da inclusão, partindo de seus conhecimentos anteriores. O mais relevante é a necessidade do educador formar uma consciência crítica em relação à sua responsabilidade pelo desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos. A inclusão só ocorre de fato se houver aprendizagem aplicada.

#### **IV. Os Desafios E Possibilidades Da Educação Inclusiva**

Santos e Vasconcelos (2019) conceituam a educação inclusiva como um processo caracterizado pela inclusão de alunos com deficiência, transtorno ou altas habilidades em estabelecimentos de ensino regular. Em outras palavras, a abordagem visa atender a todas as necessidades educativas dos alunos, integrando-os ao ambiente escolar, fomentando a aprendizagem, o desenvolvimento e a igualdade de direitos e oportunidades para todos na sua diferença.

Marchesi (2004) argumenta que ao discutir os termos inclusão e exclusão, percebe-se que são facetas de uma mesma realidade. Abordar mecanismos para viabilizar a inclusão social, econômica, digital, cultural ou escolar implica admitir a lógica intrinsecamente excludente presente nos atuais modos de organização e produção social que se almeja modificar. Essas práticas de exclusão estão enraizadas na sociedade, e, nesse contexto, cabe ao Estado a tarefa de buscar novos caminhos para superar obstáculos presentes no tecido social que afastam os segmentos excluídos do acesso aos bens e serviços, especialmente no âmbito da inclusão escolar e do direito à educação (SOARES; NASCIMENTO; FALÇÃO, 2023).

Alunos que necessitam de atendimento especializado enfrentam diversas dificuldades para transpor barreiras que impedem o recebimento de um ensino de qualidade. Conforme estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/15) em seu Art. 3º, Inciso IV, barreiras consistem em entraves que prejudicam a participação plena e efetiva desses alunos na sociedade.

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015).

Carvalho (2000) destaca a complexidade e a variedade de desafios enfrentados na inclusão escolar de pessoas com deficiência. Para o autor, esses desafios não são apenas contemporâneos; a sociedade busca resolver essa problemática há muito tempo. Ele expressa preocupação com um processo de inclusão que deve ser contínuo em todas as modalidades de ensino, enfatizando que a inclusão não se limita ao acesso, ingresso e permanência dos alunos, mas busca formar aprendizes plenos, não apenas números de matrícula ou mais um na sala de aula do ensino regular.

A luta pela Educação Inclusiva é uma batalha constante pela igualdade ao longo dos anos. Um aluno não deve ser tratado de forma diferenciada apenas por trazer ou apresentar alguma deficiência, nem deve ser privado de uma educação adequada ao seu nível de ensino, o que resultaria na sua não permanência em sala de aula.

Autores como Santos e Vasconcelos (2019) destacam barreiras físicas que prejudicam a utilização de espaços escolares por pessoas com deficiência, como a falta de rampas, banheiros não adaptados, escadas sem corrimão e salas de aula com pouco espaço. Essas barreiras físicas, presentes em instituições educacionais, impedem o acesso pleno a alunos com deficiência.

Apesar das cobranças aos órgãos governamentais, a precarização de espaços públicos persiste, impedindo um atendimento acessível. Essa é uma das barreiras que compromete a concretização de um ensino democrático e acessível a todos.

Lima e Tavares (2012) refletem sobre as dificuldades na implantação da inclusão, salientando que a problemática não se resume apenas aos recursos físicos e materiais, mas envolve também aspectos humanos. É necessário desenvolver novas atitudes e abordagens na escola, exigindo grandes mudanças nas relações pessoais e sociais, bem como na condução dos processos de ensino e aprendizagem.

A questão do atendimento por parte dos professores também é crucial, pois enfrentam o desafio da diversidade de necessidades dos alunos. Cada aluno apresenta condições distintas, e cabe ao professor ampliar suas habilidades para proporcionar uma educação inclusiva a todas as crianças e jovens (BRUNETTI; CRISOSTIMO, 2022). Nesse contexto, destaca-se a necessidade de uma formação docente especializada.

É relevante ressaltar que, no que se refere à formação docente para a Educação Inclusiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 59, inciso III, determina que

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, Art. 59).

Mesmo respaldadas por lei, muitas escolas não refletem essa realidade. Os professores designados para turmas com alunos com necessidades especiais frequentemente não recebem a formação complementar exigida, resultando em obstáculos tanto no atendimento quanto na preparação do material didático para a temática das aulas.

Nogueira (2000) destaca a falta de preparo dos professores diante de alunos com deficiências. Ele argumenta que os cursos de formação inicial adotam um modelo que não integra teoria e prática, fragmentando e enfraquecendo o processo de formação desses profissionais. Isso resulta em uma base teórica insuficiente e em uma capacitação superficial, que não garante habilidades sólidas para que o docente atue de maneira responsável e significativa na educação de seus alunos.

A maioria dos cursos de formação de professores baseia-se em estudos teóricos sobre a real necessidade dos alunos que merecem um ensino que atenda às suas necessidades especiais (ROZENDO *et al.*, 2023). Entretanto, a teoria da educação inclusiva impõe ao professor uma conduta diferente, exigindo preparo para lidar com as situações específicas de cada aluno. Para atuar na inclusão, o profissional deve desenvolver competências e conhecimentos gerais e específicos da área, por meio de uma formação continuada que viabilize seu trabalho no atendimento especializado.

É evidente que os cursos de licenciatura não estão preparados para formar professores capazes de lidar com a heterogeneidade imposta pela inclusão. Esses cursos precisam passar por uma reformulação para atender às regras estabelecidas em lei e formar professores com habilidades para lidar com alunos que necessitam de atendimento especializado.

Pletsch (2005) concorda com esse pensamento e propõe o ensino itinerante como um meio de efetivar a inclusão educacional no contexto brasileiro. Esse formato, designado como ensino itinerante pelo MEC/SEESP (1995), consiste no suporte oferecido por um professor especializado ao professor regular que tem em sua classe alunos especiais. Embora seja uma proposta louvável diante de salas superlotadas e, muitas vezes, da falta de professores com formação na área, é necessário revisar e implementar essas práticas quando se trata de Educação Inclusiva (ROZENDO *et al.*, 2023). Um profissional bem preparado consegue abordar essas problemáticas do ensino, proporcionando aos alunos com deficiência uma educação ampla e democrática.

Analisando o Censo da Educação Básica de 2013 (BRASIL, 2013), verifica-se um aumento de 4,5% no número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação entre os anos letivos de 2012 e 2013. Esses alunos são reconhecidos pelo sistema como necessitando de atendimento especial em comparação com os demais alunos. Quanto ao número de matrículas nas salas comuns no período de 2007 a 2013, o censo mostra uma evolução significativa no ensino comum, passando de 348.470 para 648.921 matrículas nos anos correspondentes.

Para superar esses desafios e barreiras e promover a inclusão educacional, são necessárias mudanças no sistema educacional brasileiro, tanto em aspectos arquitetônicos quanto organizacionais. Além disso, é crucial contar com profissionais preparados e motivados, garantindo assim o avanço da educação inclusiva, na qual a diversidade seja respeitada. Afinal, a inclusão educacional é o caminho para a construção de uma nação democrática.

## **V. Considerações Finais**

Com base na análise realizada, observa-se que, para efetivar verdadeiramente um processo de educação inclusiva, torna-se crucial que os professores busquem capacitação não apenas durante a graduação, mas também por meio de aperfeiçoamento e formação continuada. Dessa forma, eles estarão aptos a mediar o aprendizado ao receber alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo um ensino que respeite as diferenças individuais e integre esses alunos ao contexto da sala de aula junto aos demais estudantes.

Outro aspecto relevante é que, no contexto da educação inclusiva, o planejamento deve ser contínuo e colaborativo, valorizando os interesses e atendendo às necessidades individuais de cada estudante na sala de aula. Isso implica em conceber aulas desafiadoras para todos, diversificando as formas de apresentar e explorar os conteúdos curriculares, sempre agindo com equidade no processo de ensino.

O profissional responsável por atender alunos com deficiência deve possuir um conjunto de habilidades que, infelizmente, muitas vezes não corresponde às exigências dos princípios da Educação Inclusiva. Apesar das normativas legais que obrigam estados e municípios, há uma notável disparidade entre os preceitos oficiais e a realidade nas instituições escolares, as quais frequentemente não dispõem de estruturas físicas adequadas ou profissionais capacitados na área.

Observa-se frequentemente um distanciamento entre o conteúdo proposto para os alunos do ensino regular e as atividades destinadas aos alunos com deficiência, algo que precisa ser revisto. Embora nem sempre

seja possível nivelar as atividades com base nas mesmas habilidades, é viável adaptar o conteúdo para promover um ensino democrático que atenda a todos os alunos da sala.

Quanto à proposta do Ensino Itinerante, cobrada há muito tempo pelo MEC, embora seja uma forma de dinamizar o ensino, deixa lacunas no trabalho individual do professor com alunos de educação inclusiva. Além disso, nota-se a falta de participação efetiva das famílias, o que resulta na ausência de cobranças por um ensino direcionado a todos os participantes do processo de inclusão. Em alguns casos, atribui-se a responsabilidade ao outro, deixando de assumir ações colaborativas e necessárias nesse processo.

Diante dos fatos abordados neste estudo, conclui-se que, mesmo ao longo dos anos e diante de diversas normativas legais, o processo de inclusão de estudantes enfrenta uma resistência considerável por parte dos professores quanto ao acolhimento das crianças em suas salas de aula. A falta de apoio do Estado, especialmente em relação à modificação da infraestrutura escolar e à capacitação de docentes e colaboradores, contribui para esse cenário, assim como o bullying enfrentado por esses estudantes por parte de seus colegas.

Finalmente, para efetuar mudanças eficazes no panorama educacional brasileiro em relação à inclusão de alunos com deficiência, é imperativo investir em educação e na formação continuada de professores, evitando a precarização do ensino e dos espaços educacionais, que, lamentavelmente, estão cada vez mais sendo deixados em segundo plano.

### Referências

- [1]. Alonso, R. G. Orlando, R. M. Práticas Pedagógicas Na Educação Infantil Da Escola Inclusiva: Uma Revisão Bibliográfica De 2011 A 2014 In: Unesp, Anais 13 Jornada De Educação Especial, Fundepe, Marília, 2014.
- [2]. Brasil. Lei Nº 7.853, De 24 De Outubro De 1989. Brasília: Senado Federal, 1989.
- [3]. Brasil. Ministério Da Educação. Conselho Nacional De Educação. Diretrizes Nacionais Para A Educação Especial Na Educação Básica. Parecer Cne/Ceb N. 02/2001.
- [4]. Brasil. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar 2013. Brasília, Df: Inep, 2013. Disponível Em: <Http://Download.Inep.Gov.Br/Educacao\_Basica/Censo\_Escolar/Resumos\_Tecnicos/Resumo\_Tecnico\_Censo\_Educacao\_Basica\_2013.Pdf>. Acesso Em: 20 Fev. 2021.
- [5]. Brunetti, D. A.; Crisostimo, A. L. Formação Inicial Com Foco Nas Altas Habilidades/Superdotação: Práticas Inclusivas Em Ciências Biológicas. Amazônia: Revista De Educação Em Ciências E Matemáticas, V. 18, N. 41, P. 188-203, 2022.
- [6]. Candau, V. M. Rumo A Uma Nova Didática. 14e. Petrópolis: Vozes, 2002.
- [7]. Castilho, J.; Garcia, M.; Fernandes, A. J. Aderência Discente Em Educação E Distância: Perfil E Estados Motivacionais. In: Congresso Iberoamericano De Informática Educativa, 1., 2010, Santiago De Chile. Anais... Santiago De Chile: Ufrgs, 2010. V.1. P.154-161.
- [8]. Carvalho, Rosita Edler. Removendo Barreiras Para A Aprendizagem: Educação Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- [9]. Chilingue, M. B.; Vianna, K. F. M. Inclusão Escolar De Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais: Relatos E Vivências Familiares. Cippus, V. 10, N. 1, 2022. <https://doi.org/10.18316/Cippus.V10i1.8934>.
- [10]. Diniz, B. C.; Dias, G. A. Análise Da Representação Da Informação Por Meio De Metadados: Estudo Comparativo Do Padrão De Metadados Do Governo Federal Em Portal De Dados Abertos De Uma Instituição Federal. Incid: Revista De Ciência Da Informação E Documentação, V. 13, N. 2, P. 182-199, 2022. <https://doi.org/10.11606/Issn.2178-2075.V13i2p182-199>.
- [11]. Freire, Paulo. Pedagogia Da Autonomia: Saberes Necessários À Prática Educativa. São Paulo: Paz E Terra, 2001.
- [12]. Gatti, Bernardete Angelina(Coord.), E Barreto, Elba Siqueira De Sá, Professores Do Brasil: Impasses E Desafios, 1. Ed. Brasília: Unesco, 2009. 285p
- [13]. Gil, Antonio Carlos. Métodos E Técnicas De Pesquisa Social. 6. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.
- [14]. Jacomeli, R. B. A Inclusão De Alunos Com Necessidades Especiais No Ensino Regular. Brasil Escola, 2024. Disponível Em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-inclusao-alunos-com-necessidades-especiais-no-ensino-regular.htm>. Acesso Em 10 De Fevereiro De 2024.
- [15]. Lima, Francisco José De; Tavares, Fabiana Dos Santos Silva. Conceituação E Taxonomia Das Barreiras Atitudinais Praticadas Contra A Pessoa Com Deficiência. 2012. Disponível Em <http://www.deficienteciente.com.br/2012/09/barreiras-atitudinais-obstaculos-a-pessoa-comdeficiencia-na-escola.html> Acesso Em 30 Dez. De 2020.
- [16]. Mantoan, Maria. T. Caminhos Pedagógicos Da Educação Inclusiva. Petrópolis: Vozes,2006.
- [17]. Marchesi, A. A Prática Das Escolas Inclusivas In: Coll C Et Al. Desenvolvimento Psicológico E Educação: Transtorno De Desenvolvimento E Necessidades Educativas Especiais. 2 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3v, Cap.02, P.31-52.
- [18]. Martins, L. A. R. Formação De Professores Numa Perspectiva Inclusiva: Algumas Constatações. In: Manzini, E. J. (Org.). Inclusão E Acessibilidade. Marília: Abpee,2006.
- [19]. Miranda, Carlos Roberto; Silva, Cristiane Amaro Da. Os Desafios Da Educação Inclusiva No Ensino Regular. Revista Acadêmica, São Paulo, V. 1, N. 23, P. 213-218, Dec. 2019. Issn 2316-3852. Disponível Em: <Http://Www.Fics.Edu.Br/Index.Php/Augusto\_Guzzo/Article/View/893>. Acesso Em: 20 Oct. 2020. Doi: <https://doi.org/10.22287/Ag.V1i23.893>.
- [20]. Mittler, P. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- [21]. Nogueira, M. L De L. O Fazer Psicopedagógico Com Portadores De Altas Habilidades. In: Congresso Brasileiro De Psicopedagogia, V, 2000, São Paulo: Mackenzie, 2000. P.3.
- [22]. Oliveira, D. A.; Sanguinetti, L. J. P.; Lorensen, O. Formação Continuada De Professores Especialistas Em Atendimento Educacional Especializado Na Perspectiva Da Educação Inclusiva. Professare, P. E3091-E3091, 2023. <https://doi.org/10.33362/professare.V12i1.3091>.
- [23]. Poker, R. B. Pedagogia Inclusiva: Nova Perspectiva Na Formação De Professores. Educação Em Revista, Marília, N.4, P.39-50, 2003.
- [24]. Prodanov, Cleber Cristiano; De Freitas, Ernani Cesar. Metodologia Do Trabalho Científico: Métodos E Técnicas Da Pesquisa E Do Trabalho Acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.